

ATA
N.º 03/2024
SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
30 de abril de 2024

Three handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be of different individuals.

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024:**

---Aos **trinta** dias do mês de **abril** do ano **dois mil e vinte e quatro**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
António Maria Miranda Neves, em substituição de Celestino Çubelo Morais,
José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Maria Elisabete Rodrigues Martins, em substituição de Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
António Martins Neves, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 45 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima Souto Emílio
Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Luís António Sequeira Peixoto,



António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

---Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Municipais António Laranjeira Ribeiro e Francisco Manuel Guimarães de Melo, tendo este último, apresentado justificação para a sua ausência.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou que os Senhores Deputados do PPD-PSD Celestino Cubelo Morais, Paulo Fernando Ferreira Teixeira e Aurélio Mariz Neiva, se fizeram substituir pelos Deputados António Maria Miranda Neves, Maria Elisabete Rodrigues Martins e António Martins Neves, respetivamente.

Antes de começar pediu permissão para proferir umas breves palavras, nos seguintes termos:

“Ainda estamos em abril e acabamos de comemorar o 25 de abril, que o nosso Município assinalou uma vez mais, com o programa “Viver Abril”, tendo sido incluída uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

Obrigado a todos pela participação e pela dignidade que prestaram às comemorações.

Informo ainda que a Assembleia Municipal foi convidada a participar no dia 3 de maio, na próxima sexta-feira, numa iniciativa promovida por um grupo de alunos do 12º ano, da Escola Secundária Henrique Medina, iniciativa esta no âmbito do projeto “Leaders Gang”, e dentro do tema, democracia e cidadania na escola, com o objetivo de consciencializar os jovens para o papel fulcral da política na sociedade.

Também informo que no dia 1 de junho pelas 10h00, no Dia Mundial da Criança, decorrerá aqui uma Assembleia Municipal Temática, dedicada aos jovens, com a participação de jovens das escolas do Concelho e em que estarão presentes de uma forma ativa também a Mesa da Assembleia Municipal e o Executivo, cujo tema é: “Caminhos para uma escola plural e participativa”, tema este ainda enquadrado na comemoração dos 50 anos do 25 de abril.”-----

Mais referiu, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos decorressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo de uma duração máxima daquela assembleia, de duas horas e meia, a três horas.-----

Informou ainda o público presente que se poderia inscrever para intervenção, caso o pretendessem fazer.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

01.01 - APROVAÇÃO DE ATAS:-----

01.01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de fevereiro de 2024 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024. -----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Tito Alfredo Evangelista e Sá, José Maria Losa Esteves, Sandra Patrícia de Sá Gomes, Maria Elisabete Rodrigues Martins e António Martins Neves, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 29 de fevereiro de 2024.-----

01.01.02 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de março de 2024 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024. -----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais António Maria Miranda Neves, Sara Filipa Gonçalves Herdeiro, Maria Elisabete Rodrigues Martins, Mariana Gonçalves Viana e António Martins Neves, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 27 de março de 2024.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Sara Herdeiro, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado um Voto de Pesar, nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,*



Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público aqui presente, boa noite.

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO ANTÓNIO FARIA DE VILAR.-----

*“No Passado dia 11 de abril de 2024, faleceu **Fernando António Faria de Vilar**, com 76 anos de idade, pai da Dr.ª Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar, atual Vereadora da Câmara Municipal de Esposende, eleita pelo Partido Social Democrata, e Presidente do Conselho de Administração da Zendensino, Cooperativa de Ensino IPRL.*

Fernando Pieira, como era carinhosamente conhecido, teve um papel preponderante no nosso Concelho, em especial na comunidade fangueira.

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Fão de 1990 a 1997, e como autarca, destacou-se pelo seu espírito de missão e pelo seu empenho em prol da causa pública.

Uma dedicação à causa pública e ao serviço à comunidade que fez com que ingressasse no Corpo de Bombeiros Voluntários de Fão a 1 de janeiro de 1974, como Comandante, passando ao Quadro de Honra a 16 de novembro de 2000.

Pela sua forma de estar na vida, pelo seu percurso profissional e familiar, bem como pela sua entrega aos outros, Fernando Pieira foi e continua a ser um exemplo para as gerações que lhe sucederam, sendo visto como um verdadeiro exemplo de dedicação aos outros.

*Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e amigos de **Fernando António Faria de Vilar**, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----*

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Publico presente,

Começo por naturalmente, daqui, nesta que é a primeira sessão da Assembleia Municipal desde a nomeação do novo Primeiro-Ministro de Portugal, e da entrada em funções do novo Governo, saudar o Dr. Luís Montenegro pela sua nomeação, bem como todos os membros do governo que assumiram funções no XXIV Governo da República.

Com esta saudação, felicitamos o PSD que venceu as eleições legislativa com o projeto político da AD, e em particular o PSD de Esposende que venceu em todas as mesas e todas as freguesias do concelho.

Felicitamos também o PSD do Distrito de Braga que, não só venceu claramente no distrito, como para além dos 8 deputados que elegeu, emprestou ao governo, 3 ministros e 2 secretários de estado oriundos do distrito, o que muito nos honra. Desejamos um bom

mandato ao novo governo, e em particular ao Dr. Luís Montenegro que terá a difícil tarefa de recuperar o país, e as suas instituições, depois da desastrosa governação socialista que, literalmente, cativou o país nas mais diversas áreas. Uma governação socialista que levou ao caos em vários setores e conduziu ao empobrecimento dos portugueses pelas políticas de impostos máximos e serviços mínimos que implementou ao longo dos últimos 8 anos.

Sr. Presidente, aproveitando o facto de falar do sr. Primeiro-Ministro, e dizer que foi com enorme satisfação que no passado domingo, contamos com a sua presença em Esposende na cerimónia de lançamento da primeira pedra da obra do parque da cidade.

E se para alguns, o facto de o Sr. Primeiro-Ministro estar presente na cerimonia poder significar pouco, para o PSD, é uma demonstração do reconhecimento e do respeito pelo excelente trabalho que o executivo liderado pelo Arq. Benjamim Pereira está a desenvolver no concelho de Esposende. Um reconhecimento revelador da sua capacidade política e da sua capacidade de realização.

Em campanha eleitoral, o cabeça de lista da AD pelo círculo eleitoral de Braga tinha-se comprometido, caso a AD fosse governo, a olhar para o mérito desta obra do parque da cidade com deferência e como uma referência da importância que o governo da AD pretende dar a este tipo de obras.

Pois bem, a presença do Sr. Primeiro-Ministro no seu arranque representa isso mesmo. O reconhecimento do mérito de uma obra daquela natureza, de grande utilidade do ponto de vista ambiental e de grande potencial para a economia do nosso concelho.

Trata-se de uma obra há muito desejada por todos, com forte impacto do ponto de vista da resolução de vários problemas ambientais existentes naquele lugar, mas também com forte impacto do ponto de vista do ordenamento do território.

Uma obra orçada em 8 milhões de euros, totalmente suportada pelo município, que a par de outras obras de valor avultado, e que foram executadas ou se encontram em curso, exemplificam bem a excelente gestão feita dos dinheiros dos munícipes do concelho. Uma gestão sempre assente em estratégias de desenvolvimento bem definidas, e sem nunca pôr em causa a sustentabilidade financeira e as contas do município, como o demonstram os resultados da execução orçamental do ano de 2023 que mais à frente abordarei.

E por isso sr. Presidente, não tendo que vir a Esposende para garantir nada que não esteja já garantido pelo próprio executivo, a presença do Sr. Primeiro-Ministro em Esposende, para além do reconhecimento de que falava e do mérito de que uma obra desta natureza representa, é também a demonstração clara de que os compromissos são para se cumprir e a palavra dada em campanha eleitoral é, e será sempre, uma palavra honrada.

Dizer também com isto, sr. Presidente, de que com a celebração dos 50 anos do 25 de abril, finalmente parece que Esposende entrou no Altas do governo. O território deixou de ter cor partidária.

A tarefa de recuperar o país e corrigir as assimetrias criadas na governação socialista será difícil, é um facto. Mas é necessária e urgente.

Como disse na minha intervenção da Sessão da Assembleia Extraordinária dos 50 anos do 25 de abril, o país precisa de ser reformado para corrigir o que está mal. E para saber o que está mal é necessário ouvir o povo. E o povo disse de sua justiça no dia 10 de março. Por muito que custe ao “universo” socialista e aos radicais de esquerda e de direita, foi à AD que o povo deu legitimidade para governar, para que, com moderação e realismo, possa vir implementar o seu projeto político.

E é com essa responsabilidade dada pelo povo que saudamos a forma como em apenas 25

dias, este governo já deu início ao cumprimento de todo um conjunto de medidas para resolver problemas graves com as quais se tinha comprometido na campanha eleitoral. Começou com os impostos, a saúde, a educação, com as forças de segurança e com a juventude. Todas áreas com as quais se comprometeu com uma resposta assertiva e urgente.

E por isso, é com agrado que verificamos que cumprir promessa é um comportamento que parece estar no ADN deste governo e para o qual já não estávamos habituados há muito: falar pouco, mas falar verdade, honrar compromissos e respeitar o voto das pessoas é algo que o partido socialista se terá que habituar. O tempo dos PowerPoint e das medidas ao sabor da maré e dos dias, já lá vai. É tempo de cumprir e fazer. É tempo de voltar a reformar o país.

Mesmo tendo um parlamento, que como já se viu, por mera estratégia partidária, de tudo fará para dificultar a vida dos portugueses ao dificultar a implementação das medidas de que o país precisa e propostas pelo governo.

E falo em medidas dos portugueses, porque as medidas que o governo toma são para o país e para as pessoas, não são para o PSD ou para o CDS. O tempo de governar para os partidos e para a sobrevivência política dos seus membros ou para o seu protagonismo, felizmente já lá vai.

Sr. Presidente,

E se cumprir promessas passou a ser uma novidade no governo com a chegada do PSD ao poder, em Esposende, cumprir promessas há muito que é uma realidade.

E falando agora mais em concreto da política local, dizer que desde a sessão fevereiro desta assembleia, e apesar das dificuldades no normal funcionamento da câmara derivado à queda do governo anterior, e à entrada em plenitude de funções do atual governo, nomeadamente naquilo que eram os assuntos a tratar com o Estado, constatamos que o executivo tem vindo a manter um ritmo de trabalho assinalável, para, como dizia, honrar os compromissos estabelecidos com a população.

Falava há pouco do início das obras do parque da cidade. Destaco agora a apresentação do projeto da futura residência para estudantes a construir em Fão. Um projeto cujo anúncio da abertura do procedimento do lançamento do seu concurso de empreitada ocorreu no passado dia 17 de abril. Um investimento fundamental com uma estimativa orçamental de 3.6 milhões de euros a financiar pelo PRR, e que é decisivo para a consolidação da aposta no ensino no concelho como estratégia de desenvolvimento do território seguida pelo executivo.

Um investimento que para além da sua função principal de permitir alojamento a custos, ditos, normais para estudantes, irá também contribuir para controlar a prática de rendas excessivas no mercado de alojamento para estudantes como se tem verificado noutras localidades, evitando assim, a especulação, e ajudando as famílias na educação dos seus filhos.

Parabéns ao município pela aposta nesta área. Uma estratégia à qual nos associamos, pois, o ensino é de longe uma mais-valia para o desenvolvimento do concelho.

Por outro lado, fazendo a ponte para o problema da habitação, congratulamo-nos com o anúncio da construção de 104 habitações no concelho por parte da câmara municipal. A estratégia agora adotada, que altera a solução inicial, justifica-se. Pois, permite racionalizar meios na medida em que haverá um ganho em construir-se habitação de raiz e não adquirir prédios existentes já edificados para requalificar e reconstruir. Uma alteração na estratégia local de habitação que permitirá o aproveitamento dos terrenos do município, para neles edificar a habitação de que precisa para dar respostas às situações de alojamento e

realojamento mais prementes e necessárias. Uma medida cuja principal função é o apoio à habitação dos que mais necessitam, construindo casas a custos controlados. Mais uma medida que merece o nosso destaque e apoio.

Falamos de ensino, mas também na educação o executivo conseguiu avanços consideráveis naquilo que é a requalificação da escola secundária Henrique Medina. Com a aprovação da 2ª fase da obra, o executivo assegurou desde já um investimento global estimado em cerca de 22 milhões de euros, que somados aos 2.6 milhões de euros já aplicados na 1ª fase da obra, representa um financiamento sem paralelo no nosso concelho na área da educação.

Para que esta obra fosse possível concretizar, apesar da falta de apoio constante demonstrado pelo anterior governo, quando a área da educação ainda estava sob alçada da tutela, o município teve que se substituir ao governo e assumir o início da concretização desta obra há muito almejada pela comunidade educativa do concelho. Não fosse essa atitude de resiliência e certamente, hoje, não se teria conseguido assegurar o financiamento da totalidade da obra. Pelo que, uma vez mais nos revemos nesta forma de atuação e nos congratulamos, também, por esta concretização.

Sr. Presidente, antes de terminar, e depois de analisar a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, porque investir no desenvolvimento do concelho não é apenas olhar para o plano plurianual de investimentos, dizer que a par de muitas das obras e projetos de que aqui já falei, permita-me que destaque alguns apoios concedidos pelo município à comunidade, às associações e instituições nas mais diversas áreas.

Desde logo, e como exemplo, na área das políticas educativas e de juventude, destacava a importância da medida adotada para os jovens estudantes do concelho, com a atribuição de bolsas de estudo para jovens oriundos de famílias mais vulneráveis. Com a atribuição de um montante global de 18mil€ em 30 bolsas de estudo, o município está a ajudar às famílias com menos recursos financeiros para suportar as despesas de ensino dos seus filhos. Uma medida de âmbito educativo e social que valorizamos porque permitirá trazer justiça social e algum equilíbrio naquilo que são as igualdades de oportunidades de formação dos nossos jovens.

No desporto, com o aumento significativo do investimento feito nesta área face ao ano de 2022, destacamos o facto de se ter passado de um apoio de cerca de 520 mil euros dados às associações desportivas do concelho, através da celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, para os cerca de 700 mil euros previsto para este ano. Uma dinâmica que queremos aqui assinalar pois nunca antes no concelho tivemos tantos praticantes e tantas modalidades abrangidas.

Já no que ao apoio às instituições e juntas de freguesias diz respeito, porque nem sempre destacamos o forte investimento e o esforço financeiro feito pelo município nas freguesias e nas suas comunidades, relevamos o apoio atribuído em 28 de março último que se cifrou em cerca de 600 mil euros. Mais um investimento assinalável diretamente aplicado nas pessoas, em projetos e intervenções necessárias nas diversas freguesias do concelho.

Para terminar, falava agora da execução orçamental relativa ao ano de 2023 que hoje aqui iremos votar.

Dizer em primeiro lugar que face à difícil conjuntura internacional que influenciou de forma evidente e decisiva aquilo que são os custos operacionais necessários para a execução dos investimentos propostos no orçamento aprovado em 2022, nomeadamente derivado da subida dos preços de serviços e bens, associado ao facto da redução dos montantes das transferências vindas do orçamento do estado para os municípios e do aumento da despesa relacionada com a transferência de competência levadas a cabo pelo estado, mesmo assim o município

conseguiu atingir valores de execução assinaláveis. O que permitiu garantir, uma vez mais, o compromisso de sustentabilidade financeira do município e honrar os compromissos assumidos com a população através da implementação de projetos e medidas de apoio à população, por via do plano de investimentos nas freguesias, quer diretamente por ações do executivo nas diversas áreas, quer indiretamente, por ação das empresas municipais.

Por isso, não só o executivo fez bem o seu trabalho, como perante as dificuldades que enfrentou ao longo do ano que terminou, conseguiu um resultado assinalável tanto na execução da receita, que atingiu os 86.26%, como na execução da despesa que se cifrou nos 73.14%, tendo-se verificado um aumento face ao ano anterior. Resultados que poderiam ser ainda superiores se não se tivesse verificado atrasos na implementação dos programas de financiamento europeus, do PT 2030 e do PRR.

Contudo, o executivo foi competente e manteve a sustentabilidade das contas do município, tendo consolidado a capacidade de endividamento em mais de 3.7 milhões de euros, totalizando agora mais de 26 milhões de euros, e conseguiu transitar de ano com um saldo de gerência de mais de 6 milhões de euros.

Uma vez mais o executivo está de parabéns pelos resultados obtidos e por atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Resultados que também justificam a procura do nosso território para a implementação de novas empresas e novas unidade industriais, como aconteceu ainda recentemente com a captação de um novo investimento de 18.7 milhões de euros feito pela empresa Otiima Industrie SA, do Grupo Kozowood. O que se traduz também em mais emprego e maior riqueza, que naturalmente terá repercussões positivas na qualidade de vida de toda a comunidade.

Termino Sr. Presidente deixando mais uma palavra de felicitação ao município pela forma como preparou e dinamizou as celebrações dos 50 anos do 25 de abril. Foram 15 dias muito participados, ricos do ponto de vista cultural e educativo que contribuíram para que, também Esposende continue a perpetuar a data que nos conduziu à democracia e que hoje temos o dever de cuidar. Destacava como momento mais marcante e simbólico a homenagem feita aos Ex-presidentes da Assembleia Municipal e neles o reconhecimento de todos aqueles que nesta casa, na Câmara Municipal, nas Assembleias e juntas de freguesia têm pugnado por contruir de forma justa e livre a nossa democracia. Muito obrigado pelo contributo.

Obrigado Sr. presidente.”-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Mesa,
Senhora Secretária e Senhor Secretário,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Ex.mo Público,*

Boa noite!

Terminadas as celebrações do 25 de abril de 1974, continuemos a celebrar trabalhando para

na medida do possível proporcionar uma vida digna ao nosso próximo.

Feita mais uma inauguração pelo Sr. Presidente da Câmara, com a presença de várias personalidades entre as quais a do Sr. Primeiro-Ministro e talvez por isso ele tenha vindo cá, à obra titulada pela imprensa de "inauguração milionária", porque conforme ele disse não é muito de "lançamentos de primeiras-pedras."

É de facto muito dinheiro, é de facto um enorme investimento do qual ainda não consegui vislumbrar forma de retorno financeiro embora concorde com o efeito "lazer para todos".

No entanto, também percebo que nem tudo tem que dar lucro, desde que se justifique com o "bem-estar da comunidade".

Entretanto e escutando a comunidade, pergunto ao Sr. Presidente, se o projeto foi pensado tendo em conta as incómodas e permanentes ventanias. É que sem proteção dos ventos tenho quase a certeza de que não vai haver lazer, a não ser para os surfistas.

Ainda escutando a comunidade, há muita gente que reclama dos licenciamentos de obras, que demoram muito tempo e reclamam maior celeridade.

Senhor Presidente,

A ação da Câmara não é só inaugurações ou lançamentos de "primeira - pedra", é preciso atender os municípios com sentido de servir bem e com prontidão.

Por falar em servir, há necessidades que se qualificam de urgentes e sabemos que a saúde é a urgência maior nas nossas vidas.

Senhor Presidente,

A conclusão do centro de saúde de Apúlia está em plano de "conclusão de médio prazo", depois de V^a Ex^a garantir que o centro de saúde de Apúlia seria concluído, garanta-nos hoje, agora, quando é que estará concluído. Não é justo provocar ansiedade na vida das pessoas.

Digo mais, e tomem nota do dia em que o digo, o "novo hospital de Barcelos/Esposende" nunca irá acontecer. Mas também digo que é de grande atitude preparar bons centros de saúde para haver maior e melhor resposta no atendimento ao doente e bofetada de luva branca à governação central, independentemente do partido.

Até parece que houve um 25 de abril para lisboa e outro para Portugal.

1 - MOÇÃO "ESPOSENDE CONCELHO – MEMORIAL AOS PRESIDENTES".-----

"Não só devemos imortalizar as referências das nossas vidas como devemos agradecer a quem fez e serviu da melhor forma que soube.

Admiro todos os que fizeram história em qualquer parte do mundo, e admiro particularmente os que o fizeram no nosso concelho em cada uma das freguesias.

Ver os nomes de todos os que foram Presidentes de Câmara de Esposende em local de visibilidade pública e a ideia de fazer o mesmo com todos os Presidentes de Assembleia Municipal de Esposende, foi ideia que fará bem à memória dos esposendenses, para que os municípios se lembrem e conheçam os que são a nossa história autárquica, no bem e no mal, mas sobretudo que se lembrem de quem fez.

Por isso, penso que é de fazer o mesmo com os Presidentes das Juntas de Freguesia do antes

das Uniões de Freguesia e durante as Uniões de Freguesia, ou seja, desde sempre, os de antes de 74 e até hoje, porque também eles fizeram e fazem história servindo o povo das respetivas freguesias e fizeram e fazem história trabalhando, "partindo muita pedra" para eleger Presidentes de Câmara e Presidentes de Assembleias Municipais. Enfim, fazendo valer a democracia sendo eleitos pelo povo.

Não há grandes nem pequenos. Não há mais ou menos merecedores. Há história.

Assim, trago à votação desta Assembleia, esta Moção, propondo: "Que todas as sedes de Junta de Freguesia e cada delegação, passem a ostentar a identificação de todos os Presidentes de Junta com o nome completo e o período do seu exercício efetivo".

"Assim se faça democracia". -----

Interveio depois a Sr.^a Deputada Municipal Marta Viana, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

"Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Esposendenses aqui presentes,

Nós gostaríamos de começar por dizer que abril não é só o mês dos cravos e da revolução, mas também é o mês das primeiras pedras, visto que no ano passado em 2023 foi também o lançamento da primeira pedra do IPCA, em 15 de abril, no qual foi prometido que dentro de 1 ano estaria pronto. Gostaríamos de questionar quando é que esta obra realmente vai ser para avançar e se esperamos por outro abril para fazer o lançamento da última pedra.

Em relação ao Mercado Municipal, havia a expectativa anunciada pelo município, do Mercado estar em pleno funcionamento até ao final do mês. Estamos no final do mês e não aconteceu, gostávamos também de perceber o porquê do atraso e para quando esta abertura efetiva do Mercado, visto que agora está lá.

A nível dos carregadores elétricos também já foi trazida aqui a questão, para quando a operacionalidade, quantos vão ser distribuídos, também gostaríamos de questionar sobre isto.

Em relação à Apúlia, a estrada que passa junto ao mercado de legumes e frutas está em péssimas condições e é necessário intervenção, visto que é um posto onde toda a gente se desloca, não digo diariamente, mas semanalmente, para fazer as suas compras, gostaríamos de saber se já está a par destas obras que necessitam ser feitas, visto que temos muita gente a questionar-nos sobre isto.

Em relação à saúde e como o meu colega ainda agora disse, gostaríamos de saber o ponto de situação do Centro de Saúde, que se tem vindo a arrastar e a prejudicar a qualidade de vida dos apulienses.

E, por último, em relação ao turismo, gostaríamos de saber qual é o projeto que a Câmara Municipal tem em mente, para a praia fluvial de Fonte Boa.

Muito obrigada!" -----



Pelas 21 horas e 15 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Por último interveio o Sr. Deputado Municipal, Domingos Carvalho, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente da Câmara
Senhores Vereadores
Senhores deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Equipa de apoio à Assembleia
Publico aqui presente
Meus senhores e minhas senhoras
Boa noite*

Uma nota pessoal:

*Quero realçar a Homenagem ao Grande Campeão Paulo Gonçalves. Muito Bonita.
A melhor memória que tenho do “Nosso” Campeão e, que destaco muitas vezes, foi o gesto fantástico de um atleta de Alto Rendimento que esqueceu por completo o pódio para ajudar um companheiro e atleta concorrente, em dificuldades!
QUE COMPORTAMENTO FANTÁSTICO!
QUE GESTO LINDO!
QUE BELA LIÇÃO DE VIDA!*

Passo agora à minha intervenção.

O PS, como partido de ação e que faz acontecer sempre “coisas boas”, admite que tem havido, no Concelho de Esposende, alguma “Mão na Massa”, com impacto positivo, em algumas situações, no Bem-estar e na qualidade de vida dos residentes.

Questionamos, no entanto, os milhões de euros investidos nesse Plano de Ação e as prioridades e algumas das suas soluções.

Qual o impacto direto desse muito dinheiro investido no Bem-estar e na Qualidade de Vida da população do território de Esposende, a maioria dele no mesmo local!

Porque gastar tanto dinheiro na requalificação de alguns espaços públicos, e, lugares de muitas histórias e memórias, onde as “nossas gentes” se encontravam, socializavam e se divertiam, só para ficarem iguais a tantos outros no País e no Mundo. Como é que sítios outrora tão acolhedores das nossas freguesias ficaram tão descaracterizados! Que histórias se perderam?

O PS acredita que era e é possível otimizar os “nossos sítios” e valorizar as “nossas gentes”, através da implementação de outros programas, outros projetos, e de outras atividades, capazes de proporcionar, mais facilmente e diretamente, uma melhor Qualidade de Vida e Bem-estar a todos os residentes no concelho e aos que nos visitam.

O PS acredita que era e é possível fazer “coisas diferentes” e que teriam mais e melhor

impacto na “vida” da população do território de Esposende.

O PS investiria prioritariamente:

Na expansão da Rede de Saneamento Básico nas 15 freguesias. Há muita dificuldade em entender como é que as freguesias de Vila-Chá, Gemeses, Fonte Boa e Rio Tinto não tenham ainda saneamento básico, passados 50 anos da Revolução de Abril!

Na criação de Ambientes Ativos, otimizando os lindíssimos espaços e lugares existentes nas 15 freguesias do concelho, capazes de tornar as pessoas mais ativas e contribuindo para um território mais social e saudável. Tudo isto de acordo com o “Plano de Ação Global para a Atividade Física da OMS agenda 2020-2030, que procura consciencializar a população para a importância da prática de atividade física, através da criação de Sociedades Ativas, Pessoas Ativas, Sistemas Ativos e Ambientes Ativos”;

Num bom Plano de Mobilidade entre as 15 freguesias do concelho, criando uma Ecovia pedonal e ciclável a ligar à sede do concelho, e, entre as freguesias, aproximando o território e as suas “gentes”;

Numa boa rede de passeios no espaço urbano das 15 Freguesias;

O PS investiria prioritariamente:

Na optimização de todos os espaços verdes e os edificados, pontes pedonais, azenhas e engenhos do Rio Neiva, nas freguesias de Forjães e Antas, transformando todo este espaço público em local de conhecimento.

(Que belos exemplos nos deram os projetos: “Por um Galho”, intervenção social e artística na natureza (GRASSA e vários agentes territoriais envolvidos), “Minante uma galeria viva” (vários agentes territoriais envolvidos) e “Rio Neiva: Rodas de água e agro-sistema tradicional, livro e exposição da autoria de Rogério Barreto e Raimundo Castro).

Na criação de um Eco Trilho em toda a extensão do Rio Neiva desde Forjães à Foz, em S. Paio de Antas e entroncando-o na Ecovia Litoral Norte;

Na requalificação da Escola Secundária Henrique Medina. Em tão precárias condições das salas de aula e espaços envolventes, só uma Comunidade Educativa de excelência conseguiu os resultados excepcionais ao longo destes anos!

Na requalificação do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Henrique Medina;

O PS investiria prioritariamente:

Na construção de um Multiusos de boa dimensão em Esposende e média dimensão em Forjães e Apúlia para apoio logístico ao movimento associativo e outros eventos;

Na reabilitação e optimização do parque escolar do território de Esposende;

Na criação de melhores condições logísticas para as nossas coletividades e associações recreativas, culturais, desportivas e sociais;

Na aquisição de terrenos para a construção de habitação para as “nossas gentes” poderem residir no território onde nasceram;

Na construção e a reabilitação de casas de habitação das “nossas gentes” em dificuldades;

Na reabilitação e optimização das Unidades de Saúde do Concelho;

Na requalificação e optimização das Instalações Desportivas da Associação Rio Neiva,

particularmente as destinadas ao Clube Náutico;

O PS investiria prioritariamente:

Na optimização, embelezamento e humanização da praia de S. Bartolomeu do Mar que passaria por colocar areia no espaço em frente à estrutura de defesa do mar, por “trazer” a Ecovia Litoral Norte à praia, e pequenos arranjos urbanísticos no espaço destinado ao estacionamento e a criação de um mural nas paredes da estrutura de defesa do mar, alusivo aos homens e mulheres-banheiro, que mantiveram viva a tradição do “Banho Santo”;

Na optimização e embelezamento das praias de Belinho e Guilheta que passaria por instalar todo o apoio logístico (chuveiros, casas de banho, bar) e por “trazer” a Ecovia Litoral Norte às mesmas, e pequenos arranjos urbanísticos no espaço destinado ao estacionamento;

Numa boa rede de transportes públicos entre as 15 freguesias e a sede do concelho, estação de camionagem, em Esposende, que permitiria melhores acessibilidades e mais aproximação entre as “gentes” do território;

Num bom plano de embelezamento e atratividade da freguesia de Forjães, integrando os espaços naturais e os edificados, pontes pedonais, azenhas e engenhos dos lugares icónicos da “Calça”, “Guincho”, “Morena”, “Gaio” e “Zé do Rio”, no espaço urbano da Freguesia, criando um Eco Trilho com início na Zona Desportiva e ligando a ponte de Fragoso à Ponte Nova;

Como tudo poderia ser diferente!

Para concluir, quatro questões para o Senhor Presidente.

O que levou a Câmara a taxar os transportes escolares, ao contrário do que fez durante muitos anos, que cedia o transporte a título gratuito, e que tive a oportunidade de agradecer, enquanto coordenador do Clube de Desporto Escolar da Escola?

O que está previsto acontecer nas margens do Neiva após a limpeza das mesmas entre Alvarães, “Azêna da Almerinda, e, a Foz, em S. Paio de Antas?

Para quando o início das “obras” do Parque de Lazer da Várzea (Zé do Rio), em Forjães?

Para quando o início das obras, 2.ª fase, da Escola Secundária Henrique Medina?”-----

De seguida, pelas 21 horas e 25 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem o Voto de Pesar e a Moção apresentados.-----

Pelas 21 horas e 30 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação do voto e da moção apresentados, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO ANTÓNIO FARIA DE VILAR.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO ANTÓNIO FARIA DE VILAR,

APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD E SUBSCRITO PELO GRUPO
POLÍTICO DO PS.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR,
APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

Antes de ser votada a Moção “Esposende Concelho – Memorial aos Presidentes”, pediu a
palavra para intervir, o Deputado Tito Evangelista, tendo referido:

*“Muito boa noite a todos, nós concordamos com o espírito e com a ideia, mas gostávamos de
saber se é possível ao proponente reformular a redação, porque da maneira que está redigido,
julgo eu que nem a Assembleia, nem a Câmara, têm possibilidade jurídica de impor a
colocação de murais dentro de edifícios das juntas de freguesia, que pertencem à freguesia.*

*Pelo que, eu propunha a seguinte alteração, naquela parte em que diz: “Assim, trago à
votação desta Assembleia, esta Recomendação, propondo: “Que a Assembleia Municipal
recomende às freguesias que coloquem dentro das sedes de Junta de Freguesia e cada
delegação, um mural com a identificação de todos os Presidentes da Junta, com o nome
completo e o período do seu exercício efetivo”. Porque como se calcula, ou como se bem
percebe, sendo os edifícios da junta propriedade da freguesia e sendo as Juntas de Freguesia e
Assembleias de Freguesia tendo capacidade e individualidade jurídica, nós não podemos
impor, colocar na casa de terceiros, aquilo que eles não querem.*

Se concordar alterar a redação, nós concordamos.”-----

2 - RECOMENDAÇÃO “ESPOSENDE CONCELHO – MEMORIAL AOS PRESIDENTES”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A
RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO INDEPENDENTE
MARCELINO CUNHA E SUBSCRITA POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS E,
INDEPENDENTES, PARA QUE, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL RECOMENDE ÀS
FREGUESIAS QUE COLOQUEM DENTRO DAS SEDES DE JUNTA DE FREGUESIA E
CADA DELEGAÇÃO, UM MURAL, OU UMA IDENTIFICAÇÃO, DE TODOS OS
PRESIDENTES DE JUNTA COM O NOME COMPLETO E O PERÍODO DO SEU
EXERCÍCIO EFETIVO.-----

MAIS DELIBEROU, QUE DELA SEJA DADO CONHECIMENTO A TODOS OS
PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:_____

Terminadas as votações do voto e da recomendação apresentados, o Presidente da Assembleia
passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos
senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não
havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da
Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:



*“Senhor Presidente da Assembleia,
Digníssima Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,*

De forma muito sintética, tentar responder às questões que me foram colocadas, obviamente associando o executivo, tal qual fizemos em reunião de Câmara, ao Voto de Pesar ao Senhor Fernando Pieira, como é evidente.

Relativamente às questões levantadas pelo deputado Marcelino Cunha, o vento é uma característica do nosso território e há espaços resguardados. Não está previsto modelação do terreno, que pudesse eventualmente proteger algumas zonas, de qualquer maneira está prevista arborização e a arborização funciona nesse sentido, portanto, desde que seja transversal ao movimento dos ventos, isso é muito usado por exemplo no sul de França, que também têm uma situação similar em termos de ventos, na zona de Marselha, em que, zonas muito planas, nos campos, houve plantações há muitos anos a esta parte, de forma transversal ao sentido dos ventos, no sentido de atenuar um bocadinho isso. Mas será por aí, portanto, isto foi entregue a um projetista, que obviamente olhou para essas preocupações no seu todo, não existe nada do ponto de vista mecânico, mas do ponto de vista mais paisagístico vamos dizer assim, e do ordenamento, de facto está previsto um conjunto de arborização, que pode obstar um pouco a essa situação, mas o vento também é um ativo para nós e também é importante existir.

Quanto ao Centro de Saúde de Apúlia essa pergunta foi colocada também mais à frente, mas eu vou responder desde já, isto é um processo, Kafkiano quase, olha-se para isto e já não se sabe muito bem o que dizer ao fim deste tempo todo, porque quem encerrou o centro de saúde foi o ACES, foi autoridade de saúde que está sob a gestão do ACES, quem nomeou o diretor do ACES nós sabemos que foi o Governo anterior. Nós não temos absolutamente nada a ver com o encerramento daquele Centro de Saúde, mas está sempre a falar disso na perspetiva de que a culpa é do Município de Esposende. Recorrentemente a população de Apúlia ou alguém em Apúlia tenta passar essa ideia de que a responsabilidade é da Câmara Municipal.

No âmbito da transferência de competências, nós exigimos uma verba para fazer obras naquele espaço, veio-se agora a verificar e, portanto, lançamos o concurso para o projeto, elaboramos o projeto, sujeitamos a candidatura, já foi aprovada, acontece que, a obra necessária custa mais de 1 milhão de euros, e deram-nos quinhentos, quer dizer, o Município é vítima da incompetência do Governo anterior, que nos passa um imóvel para nós, que era da responsabilidade do Estado. Não há dúvida absolutamente nenhuma, os imóveis, os Centros de Saúde eram do Estado, passaram-nos para nós, dão-nos quinhentos mil euros, agora é preciso um milhão de euros de obras, ou seja, o Município ainda vai ter que pôr mais quinhentos mil euros em cima, e, ainda somos acusados, de não querermos abrir o Centro de Saúde de Apúlia. Enfim, nós estamos a tentar rever o projeto, para tentar minimizar esse impacto, mas será sempre um valor muito superior aquele valor que nos deram.

Mais uma vez fomos enganados pelo Governo do Partido Socialista, esta é realidade, é para dizer com as letras todas, já aconteceu na Escola Secundária, em que nós tínhamos dois milhões de euros para fazer as obras, no final ficaram por dois milhões e setecentos mil euros, adivinhem quem é que pôs os setecentos mil, e tem sido assim recorrentemente.

O que lhe posso dizer é o seguinte, muito em breve, até meados de maio, será lançado o concurso para a obra. Isto é taxativo, porque o projeto já tem parecer favorável da ARS, e será muito difícil fazer alterações que não levem a um novo parecer e nós não queremos meter-nos nisso. É lamentável é no fundo, estarmos constantemente a ser enganados dessa forma e essa transferência de competências, à qual nós resistimos muito, porque já sabíamos que isto podia acontecer, vem-se agora a verificar exatamente essas situações.

Importa dizer que foi feito um valor global aproximado, mas agora a ARS para o licenciamento, exige coisas que não tinham previsto inicialmente, porque vamos ver, se quisermos ser pragmáticos e recordar o que se passou, porque é que encerrou o Centro de Saúde de Apúlia? Por via de um cheiro que existia dentro do edifício, que tinha a ver com o material aplicado na altura do assentamento do pavimento, supostamente era retirar aquele pavimento, retirar esse material e aplicar outro material adequado a uma unidade de saúde.

Não custa meio milhão de euros com toda a certeza, mas, entretanto, há um conjunto de outras coisas, é equipamentos, há coisas que já estão obsoletas, quer dizer, estava em funcionamento, agora encerrou, já não servem as marquesas, já não serve o equipamento médico, etc, quem paga é a Câmara. Esta é que é a realidade, foi a forma de atuar do Partido Socialista durante estes anos todos no Governo e somos vítimas dessa situação, gostem ou não gostem, esta é que é a realidade. Mas, a resposta taxativa é até meados de maio, será lançado, foi feita uma consulta preliminar, basicamente é enviar o processo para várias empresas, para nos darem um valor aproximado, para nós podermos formar o valor base, que vai no lançamento do concurso, é assim que a lei determina e, o primeiro preço que temos é de 1 milhão e qualquer coisa, mais IVA. Vamos ver agora mais um preço ou outro, para tentar ver o que é que ali aparece, mas não andarão longe desta realidade que estamos aqui a falar.

A questão do memorial aos Senhores Presidentes de Junta, ainda bem que houve acordo entre todos, eu sei que algumas Juntas de Freguesia, os Senhores Presidentes ainda não falaram, mas algumas Juntas de Freguesia já têm esse memorial, sei que por exemplo Forjães e Curvos têm pelo menos, Belinho também tem, é, portanto, é perfeitamente razoável que assim seja, no entanto não posso deixar de dizer, que já os anteriores Presidentes de Câmara, foi uma iniciativa nossa, e aqui foi exatamente também anunciado no dia 19 de agosto, porque entendíamos que estava em falta, de facto recordar quem está lá atrás e acho muito bem que assim se faça, eu acho que não podia ter havido melhor dia, do que dia 25 de abril, na comemoração dos 50 anos, para se colocar aqui os nomes dos ex-Presidentes da Assembleia.

Da Senhora Deputada Marta Viana, eu não me importava de lançar uma primeira pedra todos os meses de abril, em que estivesse na Câmara, pelo menos de projetos desta dimensão. Lançar uma primeira pedra de uma obra de oito milhões, ter lançado uma há um ano de uma obra de cinco milhões, eu estou satisfeito. Gostava de poder lançar mais, mas nós só lançamos primeiras pedras de obras com dimensão.

Posso-lhe dizer que, por exemplo, a estrada de Antas-Forjães, que são setecentos e cinquenta mil euros, não lançamos primeira pedra nenhuma, e é uma obra já com um impacto financeiro significativo. Isso só acontece em circunstâncias muito especiais, quando se exige também, que alguém da tutela venha até ao nosso território e tentar também sensibilizá-los para a importância do projeto e ver se nos dão dinheiro, porque quer num, quer noutro, ninguém nos apoiou. Do IPCA, vieram duas Ministras se bem se lembra, Senhora Deputada, na altura, a Senhora Ministra do Ensino Superior e a Ministra da Coesão Territorial, fizeram muitas promessas, mas dinheiro zero, nenhum. Mas as primeiras pedras são isso, em momentos



especiais, para obras de grande dimensão, e para sinalizar o arranque de uma obra que de facto, são momentos marcantes no nosso território, é só isso, não é um show-off político, nem nada disso, são momentos muito importantes. No domingo, na minha perspetiva, foi muito importante ter a presença do Senhor Primeiro-Ministro, da Senhora Ministra do Ambiente que são as pessoas que nos podem ajudar, a financiar aquela obra. Nós ainda não perdemos a esperança de, agora com o novo Governo, podermos ter o apoio que não tivemos com o Governo anterior e é justo que assim seja, aliás eu fiz a minha intervenção muito focada nisso, de não termos tido qualquer apoio para essas obras, e podermos eventualmente ainda, enquadrá-las em sede do Portugal 2030 ou do próprio PRR. Mas a justificação do atraso, como deve imaginar não depende da Câmara Municipal, foi pedida uma prorrogação do prazo, para a obra ficar terminada em julho, portanto, com toda a certeza, o próximo ano letivo arrancará lá, temos o final de julho e agosto para fazer a mudança de equipamentos que estão, onde está a funcionar neste momento e, em setembro provavelmente será inaugurado o edifício e arrancarão as aulas naquele espaço. Há um pequeno atraso, mas que é entendível, face aquilo que são as dinâmicas, basta estar mau tempo como tem estado, tem chovido imenso, é o suficiente para atrasar uma obra, todos nós sabemos que isso pode acontecer. E já agora deixem-me também que seja sério neste aspeto. Nós normalmente encurtamos muito os prazos, para pressionar os empreiteiros, é assim que funciona, se a obra é para 18 meses tentamos forçar para 14 meses, tentamos sempre pôr prazos mais curtos, para que eles andem mais depressa. Se dermos 2 anos para uma obra, eles vão gastar 2 anos e mais uns meses. É assim, fazemos isso deliberadamente, tentar apertar um bocadinho os prazos, para eles fazerem as obras o mais rápido possível, na defesa dos interesses do município, parece-nos legítimo fazer isso.

O Mercado Municipal, é uma obra que, foi terminada, foi inaugurada, mas ela teria que estar pronta para que as pessoas no âmbito das hastas públicas pudessem visitar o espaço e licitar pelas lojas, pelas brancas, pelos terrados, pelo bar, etc. E assim foi, a partir do momento em que foi terminada a obra, lançamos as hastas públicas, elas terminaram por estes dias, já foi validada em reunião de Câmara, foi um sucesso diria eu, ficaram apenas três lojas por atribuir, já está preparada nova hasta pública para ir à próxima reunião de Câmara para esses espaços.

Dia 4, no próximo sábado, em princípio o Mercado novo estará a funcionar com as pessoas que já vieram a hasta pública, para podermos desmontar aquela tenda que lá está e libertar espaço de estacionamento, que é muito necessário para a nossa cidade.

Os carregadores elétricos estão a ser colocados neste momento, abriu-se um concurso, ganhou a Petrogal como sabem, são muitos, são 25 pelo concelho todo e estará terminado dentro em breve e de um dia para o outro, passaremos a ter cobertura integral de carregadores elétricos no nosso Município. Em todas as freguesias e com mais de um carregador por freguesia, o que nos transformará no Município com melhor cobertura de carregamento elétrico no país, ou pelo menos dos melhores.

Quanto à estrada que falava, ao fundo da Avenida da Praia, ao chegar à capela da Senhora da Guia, para o lado norte, para o lado do camelo, nós temos prevista já agora, e está aqui o Senhor Presidente da Junta e nós temos trabalhado muito, em conjunto, em relação a esta matéria, temos prevista uma pavimentação em vários arruamentos no concelho todo, está a ser feito o trabalho pelos serviços, essa será uma rua a pavimentar até final do mandato, com toda a certeza, o que não quer dizer que havendo buracos, não se possa resolver a situação, mas tem lá problemas estruturais nessas ruas, que derivaram da colocação do gás natural, que

abriram valas junto aos passeios, e que hoje, por mais que se insista com as empresas, e que se acione as garantias, e já foi reparado, mas volta a haver abatimentos, só se resolve com uma pavimentação integral. Portanto, isso é uma situação que está acautelada, não esquecendo que há uma obra naquela zona, e que pode haver um desgaste acentuado dos pavimentos, por via da obra, e isso, como é óbvio, nós depois responsabilizamos sempre os promotores como é evidente, porque se há um desgaste acelerado, numa determinada zona, quem tem que pagar é quem está a provocar esse problema.

Isso não é nada de novo, posso dar o exemplo aqui na cidade, na rua Conde Castro, há ali uma obra, partiu ali os pavimentos, algumas guias, podem ter a certeza que no final, o empreiteiro, ou o promotor vai ter que pagar aquela reparação, como é evidente, porque não é uma rua para trânsito de pesados, nem camiões de betão, temos que permitir, mas no fim alguém tem que pagar e não temos que ser nós.

O projeto para a praia fluvial de Fonte Boa, nós estamos a desenvolver vários projetos para a zona de Fonte Boa, um deles é efetivamente uma intervenção, do lado de Fonte Boa, em frente a Gemeses, na Barca do Lago. Está prevista uma travessia pedonal e ciclável naquela zona também, cujo projeto apresentaremos muito em breve, já há três versões desse projeto, com três traçados diferentes, teremos que fazer uma sessão eventualmente em ambas as freguesias, ou uma conjunta com os representantes das duas freguesias e, também, está prevista uma ecovia, que virá dessa zona até o parque da cidade, por Gandra. Portanto, do lado de lá já temos, por Fão e depois, na passagem pedonal e ciclável, e voltar aqui à zona do Parque da Cidade, por esse lado.

Há 3 projetos a serem desenvolvidos para aquela zona, mas para já, ainda está tudo em fase de criação e logo que tenhamos elementos para mostrar, levaremos ao conhecimento das populações para serem discutidos, para serem acrescentadas as ideias da população, haver uma discussão aberta sobre esses assuntos, para levarmos a bom porto essas ideias.

Do Senhor Deputado Domingos Carvalho, quanto à homenagem ao Paulo Gonçalves, eu agradeço, não sei se era um elogio à Câmara, se não era, no fundo foi um elogio ao Paulo Gonçalves e muito bem conseguido, como é evidente, nós também tínhamos esse apreço por ele, tentamos fazer o melhor possível, foi sempre um processo participado, não sei se o senhor Deputado terá acompanhado isso, mas, foi criada uma comissão, com a família, etc e, portanto, eu penso que a intervenção que foi feita, dignifica a pessoa em causa e, inclusive, foi a toponímia alterada, atribuindo aquele espaço o nome de Parque Paulo Gonçalves, não é só a escultura e também foi requalificado um espaço que estava aqui na cidade muito mal apresentado.

De resto, eu gosto sempre de intervenções assim, que trazem ideias, que trazem interpretações, nós não temos que pensar todos da mesma maneira, as prioridades são definidas de outra maneira, há sempre uma pergunta que eu coloco, porque nós somos reféns dos orçamentos, é, onde é que se vai buscar dinheiro para tanta coisa, porque eu ideias também tenho muitas, acredite. Se eu comesse aqui a debitar ideias em relação ao concelho, não saíamos daqui hoje. O problema é, onde é que se vai buscar o dinheiro e eu dou um exemplo, o saneamento básico, vamos ser claros. Foi feito muito saneamento básico lá atrás, no tempo do Alberto Figueiredo e do João Cepa, no início do mandato do João Cepa e muito, no tempo do senhor Alberto Figueiredo. Por uma razão simples, é que os Fundos Comunitários estavam direcionados para o saneamento e eram pagos a 85% e até com valores superiores no encerramento dos quadros. Hoje não há dinheiro para abastecimento de água e saneamento



básico, os quadros comunitários excluem isso. Aliás, o anterior Governo até fez uma coisa, que foi, para termos acesso a algum dinheiro para obras de água e saneamento, nós teríamos que nos juntar a outras entidades, para termos uma determinada escala.

O que nós não queremos de todo, nós não queremos juntar-nos com a Póvoa de Varzim, porque eles são maiores do que nós e ficariam eles a mandar na empresa municipal, não queremos juntar-nos com Barcelos, com todos os problemas que têm com a água, e também não queremos juntar-nos ao Alto Minho, que foi a maior barracada que se sabe em relação às águas do Alto Minho, que deu problemas, com muitos municípios até a abandonarem esse sistema. E o Governo empurrou-nos para esta solução. Portanto, a questão é mesmo esta, não há dinheiro, tudo o que nós fizemos nesta altura em saneamento e água, é com o dinheiro da Esposende Ambiente. Ou seja, estamos muito limitados do ponto de vista daquilo que é a aplicação do saneamento e depois, importa também dizer o seguinte, de acordo com os cálculos que nós estamos a desenvolver um plano para colocar saneamento em algumas freguesias, na base do endividamento da empresa, da Esposende Ambiente, que tem capacidade de endividamento, acabou de pagar agora um empréstimo, e levaremos aos locais, nas freguesias onde, económica e financeiramente sejam viáveis essas operações. Porque não é razoável fazer uma rede de saneamento para uma casa, que está a 500 mts ou 1 km do aglomerado urbano. Mas, nas situações onde for possível, nós vamos fazer isso.

Acontece que, as taxas de ligação depois, muitas vezes faz-se o saneamento e as taxas de ligações são diminutas. Ou seja, tem 100 fogos, faz-se o saneamento naquele local, faz-se o investimento e no fim tem 10 pessoas a fazer a ligação.

E já agora, o custo global estimado a valores de 2012 era de 40 milhões de euros, se nós quiséssemos fazer saneamento em todas as freguesias do concelho, cobrir tudo o que não está feito, a preços de 2012, imagino quanto é que não será hoje, seria à volta de 40 milhões de euros. Isto é a realidade, são factos que são comprováveis, consultando os dossiers, porque a Esposende Ambiente tem projetos feitos para quase tudo, precisam de meras atualizações.

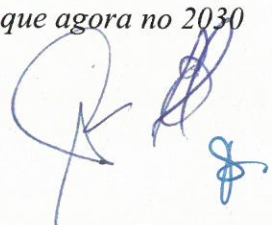
O Senhor Deputado Tito Evangelista, na sua intervenção na sessão do 25 de abril, falou exatamente desse assunto, da questão do saneamento, mas não é viável e estou apenas a esclarecer, não é viável. Porque não há dinheiro para isso e não há capacidade de endividamento, nem seria razoável fazer uma coisa dessas.

Mas com isto não estamos a dizer que não vamos encontrar uma solução de saneamento para essas freguesias, muito pelo contrário. Nós fizemos um estudo, iremos fazer saneamento gravítico nos locais onde é financeiramente viável e nos restantes; temos um estudo já feito pela Esposende Ambiente, para fazer a rede de saneamento móvel. Ou seja, as pessoas têm que ter uma solução e o efluente tem que ser tratado, porque nós não queremos nem problemas ambientais, nem queremos ignorar as pessoas e esse trabalho está feito.

Esse estudo já foi apresentado aos Senhores Presidentes de Junta, já temos reuniões para perceber onde é que podíamos fazer saneamento gravítico e onde é que não podíamos fazer saneamento gravítico e como é que se resolvia o problema.

Portanto, importa primeiro ver quanto é que custa e depois tomar as prioridades que tiverem que ser tomadas.

Quanto ao Plano de Mobilidade e ecovias entre todas as freguesias, eu acho que isso não é exequível, muito honestamente. Nós não conseguimos arranjar dinheiro para terminar as que estão a ser feitas, o Estado não nos dá dinheiro para isso. Da ecovia do litoral, falta o troço entre Rio de Moinhos e S. Paio de Antas, andamos em cima do financiamento à imenso tempo e nunca houve dinheiro para isso, esperemos que venha, estou esperançado que agora no 2030



conseguimos pelo menos fechar aquela ecovia, essa sim era muito importante, porque já temos tudo feito, falta-nos a ponte, mas para o lado sul está tudo feito, desde a Ramalha até aqui à margem esquerda do rio Cávado, vamos ter agora o troço em frente ao Parque da Cidade que não tinha sido feito, propositadamente, porque sabíamos que íamos fazer a obra do Parque da Cidade, temos toda a Marginal feita, tudo até Rio de Moinhos. De Rio de Moinhos até S. Paio de Antas, temos o troço na Foz do Neiva e a ponte para Castelo do Neiva, falta-nos este troço. O projeto está feito, mandei rever o projeto todo porque era um projeto da Polis, estamos prontos para, logo que abra o Aviso, apresentarmos a nossa candidatura. Mas, entre todas as freguesias não é razoável, nem é viável, isso é um sonho irrealizável, que não sei quanto é que poderia custar. No entanto, a promoção da mobilidade ciclável, pelo menos, é bem-vinda, não há dúvida nenhuma, mas não é possível fazê-lo dessa forma.

Quanto à Escola Secundária Henrique Medina, eu acho que terá que perguntar ao anterior Governo, porque nós fizemos uma pressão enorme, para que as coisas fossem resolvidas, nunca nos deram o dinheiro, ostracizaram-nos completamente, mandaram todas para a Parque Escolar, exceto a Escola Secundária Henrique Medina. Para a fazermos, teve que ser ainda com a verba conseguida no tempo do Governo do Passos Coelho, que foi na negociação do Portugal 2020, que veio uma verba para a CIM do Cávado, de um milhão, oitocentos e noventa mil euros, que nós depois acionamos, para fazer uma parte da obra, porque senão, ainda hoje não tínhamos nada. Agora, já apresentamos uma candidatura, ao abrigo de um acordo que houve com a Associação Nacional de Municípios, em que a nossa escola ficou como uma das muito urgentes. Apresentamos a candidatura, chegou hoje uma resposta à candidatura, para fazermos alguns esclarecimentos simples. Mas, importa dizer que nós estamos a falar de uma intervenção de vinte e tal milhões de euros. Já agora, o pavilhão está incluído nessa reabilitação integral da escola. Vamos ver se é aprovada a candidatura, para que isso fique resolvido, mas não é por culpa da Câmara com toda a certeza, que não tenha sido feita a obra.

Relativamente à habitação, nós temos a nossa Estratégia Local de Habitação aprovada e até foi tornado público, foi aprovada na Câmara Municipal, a construção de 104 fogos no concelho de Esposende, precisamente com esse desiderato e com esse fim. Portanto, estamos a trabalhar nisso.

Quanto às praias, nós temos os planos de praia em todas as praias do concelho, pese embora, algumas praias estão desclassificadas neste momento, ou seja, não podem funcionar como apoios de praia, porque a APA não o permite.

A questão dos transportes escolares, como sabe, quem tem que pagar o transporte escolar é o Estado. O Estado é que transfere para as escolas uma verba para o desporto escolar, é insuficiente, e a câmara é que tem que dar?

Isso é uma responsabilidade direta do Estado.

Das obras da Henrique Medina como disse, logo que venha aprovada a candidatura, lançaremos o concurso, até lá não temos qualquer hipótese de o fazer.

Quanto à pergunta do Zé do Rio, está neste momento em contratação o projetista, para desenvolver o projeto para essa zona, e logo que haja um projeto será discutido publicamente. Quanto às margens do Rio Neiva, importa dizer que aquela empreitada que foi falada, é da responsabilidade da APA, não é do município, atrasou imenso, aliás, é um pouco ridículo que tenhamos falado disso há muitos anos, ainda com o Matos Fernandes, depois mais tarde, fui assinar o protocolo a Coimbra, e andaram este tempo todo para lançar a empreitada, pelos vistos irá agora para o terreno, em breve.

Não tenho mais perguntas para responder, Senhor Presidente, muito obrigado!”-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado a inscrição do Senhor Manuel Francisco Gaifém, que em síntese disse:

*“Boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia,
respetiva mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Público presente e
Senhores Presidentes de Junta,*

A minha intervenção, para já, é para dar corpo a esta figura do regimento, senão ela fecha-se, porque efetivamente por razões que podemos apurar, ou não, o público e as pessoas, não utilizam este espaço para expor as suas questões, preferem falar no Facebook, nas redes sociais, nas montras das lojas, enfim. Eu acho que aqui é o local ideal para efetivamente podermos dizer aquilo que nos vai na alma e, também, fazer uma retrospectiva daquilo que é feito no nosso concelho.

E a minha intervenção, prende-se com algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara e dizer também que eu fiquei muito orgulhoso, não tenho memória de termos um Primeiro-Ministro aqui no concelho a inaugurar lançamentos de primeiras obras e de facto, na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente disse que já estava de saída, disse até, entendi eu, com alguma satisfação, não sei se é de cansaço, se é de dever cumprido, de qualquer das formas, eu gostaria também de fazer uma retrospectiva desses 14 anos que o Senhor está ligada à Câmara e 10 como Presidente, efetivamente aquilo que tem feito, porque tem feito alguma coisa, mas aquilo que também tem prometido e não tem feito.

E eu vou desiludi-lo, mas vou falar no saneamento. Porque a questão do saneamento, não é uma questão de uma casa que está a 500 mts, eu moro numa rua que tem mais de 200 anos, em que o senhor fez intervenção numa parte do saneamento, não há verbas comunitárias, não há apoios e o senhor não tem uma solução para o saneamento. Eu penso que aquela rua merecia ter de facto saneamento. E digo-lhe mais, nós devemos falar no saneamento, porque nós temos agora eleições para a Europa, e temos deputados europeus, e é necessário, um concelho que se orgulha que é dos melhores, que tem o maior desenvolvimento, como foi aqui já dito por muita gente, tem freguesias que não têm sequer saneamento. E ninguém está a pedir que só faça saneamento para uma casa a 500 mts, no monte. Não, estou a falar de uma rua, que é a Rua Serpa Pinto, que tem mais de 500 mts que não tem ponta de saneamento.

Depois, gostaria também de lhe falar numa questão, que tem a ver com os arruamentos, que falou sobre Apúlia e sobre outras coisas. Eu na última Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fão e de Apúlia, ouvi falar em calhaus que a própria Câmara, ou os serviços da Câmara colocaram lá num arruamento, parece-me que aquilo é polémico. Eu também gostaria

de saber se o senhor tem conhecimento de que, os serviços da Câmara ou da Esposende Ambiente, ou quem foi, estão a depositar materiais que pesam quase 3 kg, segundo o Senhor Presidente da Assembleia de Fão, disse que levou inclusive, uma espécie para poder apresentar essa pedra, que tem danificado muitas viaturas e por aí fora.

Em segundo lugar, gostaria também de lhe fazer aqui uma questão, que tem a ver com o investimento da variante de Fão. Eu sei que o Senhor vai sair, e eu gostaria muito, até porque tenho consideração por si, de ver algumas obras concretizadas, não sei se o vai fazer nestes 2 anos que faltam, que é a variante de Fão e, naturalmente quando o senhor fala em verbas e que não tem apoios comunitários, devo dizer que o senhor tem dito que tem investido muitos milhares de euros nestes projetos que lançou a primeira pedra, e outros que tem lançado, como a cidade desportiva e outros investimentos que tem feito. Portanto, o saneamento, e algum saneamento, porque ninguém está a pedir tudo, porque efetivamente não é possível fazer tudo.

Depois gostaria também que o senhor nos falasse um pouco, o que é que pensa fazer em termos arquitetónicos para por exemplo, a casa Boaventura, a estação radionaval que foi adquirida, o forte S. João Batista, porque são obras que estão aí, estão a precisar de intervenção e o senhor, efetivamente, não tem falado nestas obras.

Por último, uma questão, vi hoje no Facebook sobre o Fojo de Fão. Vou falar nisto porque está integrado, todos nós sabemos que edifício é aquele, quem o edificou, a importância que aquilo tem para Fão, e até para o mundo, porque Fão muitas vezes é conhecido por aquele edifício, e a pessoa que deu corpo aquilo. Sei que, em termos ambientais e vai haver, segundo o senhor disse, palavras suas também, vai haver uma segunda intervenção naquela Marginal, naquela parte do rio. Eu queria perguntar-lhe qual é a sua opinião sobre aquele edifício, se é pura e simplesmente para demolir, ou se tem ideia de criar ali algum monumento, alguma coisa alusiva ao espólio que existe e também ao próprio Fojo.

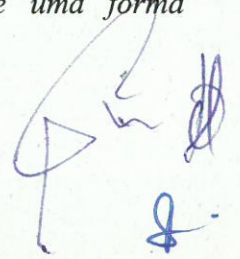
Para rigor das palavras queria lhe dizer que, da parte das Pedreiras até à Barca do Lago, a ecovia não está pronta. Há ali um interregno, em bom rigor das palavras efetivamente ela não está pronta. Por isso, nós temos tido em sùmula muitos projetos, muitas ideias, algumas obras, como o Largo Rodrigues Sampaio e outras, que o senhor tem feito, mas parece-me que seria um orgulho para si e para todos nós também, termos algumas destas obras prometidas, pelo menos em fase de conclusão. Só um pormenor que eu também ouvi, no domingo o senhor disse: “esta empreitada do parque da cidade vai começar e já amanhã”.

Eu por acaso, não dei conta de que tivessem começado as obras, não sei se foi lapso meu, ou se efetivamente as obras ainda não começaram.

Muito obrigado, boa noite.”-----

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas, tendo respondido, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente da Assembleia, eu tenho todo o gosto em responder às perguntas que me colocarem, mas isto foi claramente uma intervenção política, o senhor Tito terá que concorrer nas próximas eleições, sentar-se ali no meio dos senhores deputados para fazer intervenções desta natureza. De qualquer maneira eu tenho todo o gosto em esclarecê-lo em relação às questões colocadas, normalmente este espaço terá que ser ocupado de uma forma relativamente diferente e são várias perguntas.



Em relação à questão do saneamento, eu pressuponho que estivesse a falar da rua Serpa Pinto, como sabe, nós fizemos lá uma intervenção e, passou-se uma coisa muito perniciosa, que é, nós tivemos abaixo-assinados para fazermos aquela obra, gastamos quase meio milhão de euros naquela obra, e tem uma taxa de ligação de 40%, em 100 potenciais clientes, só ligaram 40, os outros 60 não ligaram. Agora digam se há rentabilidade num investimento desta natureza, e, no entanto, o abaixo-assinado vinha com as assinaturas de toda a gente.

Ora, isto no mínimo é complicado fazer investimentos desta natureza para servir as pessoas e depois as pessoas não ligam. As pessoas têm de entender que ao não ligarem, não estão a dar a rentabilidade do investimento, para se poder investir noutros locais.

Qual é a lógica de ter o saneamento à porta, ter pedido e, depois, não ligam.

É preciso pensar um bocadinho nisto, e se calhar, se nós formos ver, se fosse possível legalmente comprometer as pessoas a ligarem, provavelmente metade das pessoas nem sequer pedia.

É preciso ter sempre isso em cima da equação financeira que se faz, até porque, a entidade reguladora, a ERSAR, nos obriga exatamente a cumprir isso, tem que haver uma viabilidade económica do investimento, como é evidente, se não, faziam-se muitas asneiras, a fazer investimentos de milhões, para servir meia dúzia de clientes, isso não pode ser assim.

Isso é uma realidade em várias freguesias que tem cobertura de saneamento e onde as pessoas simplesmente não querem ligar, para não terem que pagar a fatura ao final do mês, e muitas vezes a causar problemas até ambientais, graves. Mas, de qualquer maneira não vamos dramatizar aqui a situação do saneamento, nós temos 85% de cobertura populacional de saneamento, não é territorial, mas em termos populacionais, o Município de Esposende está com um rácio muito bom, em termos nacionais. Só porque não tem numa ou noutra freguesia mais pequena, e agora imaginem porque é que ficaram essas para o fim. Porque eram menos rentáveis e porque eram aquelas onde a colocação das tubagens era mais dispendiosa. Porque a maior parte desses locais obriga a ter sistemas elevatórios, que ficam por uma fortuna, é preciso pensar que o saneamento é gravítico, portanto, ele vai correndo de acordo com a gravidade, do ponto mais alto para o ponto mais baixo. Quando chega a um ponto baixo, se não tiver saída, é preciso um sistema de bombagem para o mandar para o outro ponto alto e isso custa fortunas. Só uma coisa, sabem quem é o melhor cliente da EDP em Portugal, ou da e-redes se quiserem, são as Águas de Portugal. Precisamente pelos sistemas que têm potentíssimos, para pôr a água nos reservatórios lá em cima, para chegar às nossas casas e para pôr o saneamento nas Etar's, com sistemas elétricos, que são altos consumidores de energia. Tudo isto é muito mais complexo do que parece, eu percebo, temos uma casa, queremos ter saneamento, mas temos que pensar que, isto são sistemas muito mais complexos e com um grande envolvimento financeiro. Mas dizendo com isto o seguinte, nós não estamos a dizer que não vamos fazer saneamento nenhum, eu já disse aqui, que a Esposende Ambiente, já estamos em articulação com a empresa, é a vantagem de a empresa ser 100% do Município, no sentido de, ver qual é a capacidade de endividamento da empresa, estudamos com os senhores Presidentes de Junta, em cada freguesia, onde é que era possível intervir e vamos avançar com um plano de investimento para o saneamento. Só que é tudo pago pelo Município e neste caso pela empresa, que vai dar ao mesmo. Portanto, é importante que tenham isso bem claro.

Naturalmente que se houver alguma oportunidade de nos financiarmos, nós vamos atrás desse financiamento. Mas os financiamentos neste momento são muito mais direcionados para substituição de tubagens antigas, por causa das perdas na rede, já devem ter ouvido falar



muito disso, há um grande desperdício financeiro, porque se perde muita água na rede, principalmente na questão da água, e há uma grande aposta nisso. O dinheiro que vier, provavelmente é só para isso, e, já nos ajuda, se nós fizermos uma intervenção numa zona onde tenha tubagens antigas, vamos substituir. Mas não vamos chegar a mais clientes, importa perceber bem isso. De qualquer maneira, muito honestamente eu aconselho, mesmo não sendo deputado municipal, é informação que pode ser tornada pública, sem qualquer problema, e a Esposende Ambiente terá todo o gosto em esclarecê-lo em relação a essas matérias.

Do tal material que estava a falar, percebi que era agregado cirúrgico, isso não tem nada de poluente, fique tranquilo, é usado, é um bom material para consolidação de valas, etc, porque tem muito pouco abatimento, um dos grandes problemas de compor as valas com tout-venant, é que ao fim de um tempo abatem e ficam sempre com uma depressão, e é preciso ir corrigir, e com esse material isso não acontece.

Da variante de Fão, nós já falamos muitas vezes, por acaso o senhor Tito é uma pessoa que fala muitas vezes deste projeto. O projeto existe desde há muito tempo, como sabe havia um compromisso com o Instituto Estradas de Portugal na altura, IEP, que, não foi cumprido por eles, deve ter conhecimento mais ou menos da situação, foi ainda no início do mandato do João Cepa, não foi cumprido, não foi possível fazer essa via como outras que estavam previstas no âmbito desse acordo e ficou por fazer. Sendo que para mim, eu já disse aqui várias vezes, que se tiver que fazer uma variante, a primeira variante a fazer, é a de Fão, porque é efetivamente a mais importante, porque temos um problema gravíssimo na zona de Ofir e é preciso tirar aquele trânsito todo para a estrada nacional, para poder chegar à A28. No entanto, neste momento não temos qualquer apoio, os fundos comunitários não dão nem um cêntimo para vias, infelizmente.

De resto, do Forte São João Batista, se estiver atento, nós temos trabalhado nesse projeto.

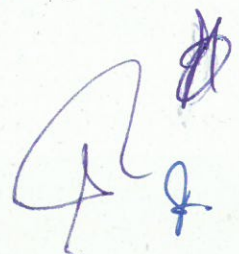
Nós ficamos com o Forte, avançarmos com o projeto, provavelmente durante o mês de maio vamos apresentar publicamente o projeto, já está provado, com os pareceres, o que é para fazer, é o Centro de Divulgação Científica, vai ter lá em princípio, a sede do Parque Natural do Litoral Norte, com o ICNF e vai ter lá um espaço expositivo para a mostra do achado de Belinho, portanto aquela embarcação do início do século XVI.

Pretendemos ter ali um espaço aberto ao público e com essas funcionalidades, entre outras.

Da estação radionaval de Apúlia, já falei muitas vezes sobre isso, estamos a aguardar, parece que vamos ter boas notícias, há um Aviso com verbas, pelo menos para darmos o arranque naquele projeto, estamos muito comprometidos com a Universidade do Minho. O projeto está terminado, está tudo aprovado, eu fiz tudo aquilo que estava ao nosso alcance, que era comprar o terreno, desenvolver os projetos, obter os pareceres, ir à procura de financiamento, até hoje, nunca nos deram nada. Eu queixei-me disso no domingo, porque infelizmente é uma realidade.

Quanto à questão do Fojo, vamos pôr aqui as coisas claras como elas são, todos nós temos uma memória daquele local, de quando éramos mais jovens, mas isso foi há 30 ou 40 anos, entretanto as coisas foram evoluindo, o saudoso Sérgio, por quem tenho o maior respeito, acabou por falecer, o espaço já estava encerrado há bastante tempo e vamos ser claros, aquele edifício não está legal, está em domínio público hidrico, é da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente. Não é legalizável, também não vale a pena sonhar em legalizar aquele espaço, não é legalizável, não é possível legalizar um edifício que está, praticamente em cima do rio com a água a bater na construção, que é ilegal.

Portanto, não é possível recuperar aquele edifício.



Eu já sabia que isto ia acontecer mais tarde ou mais cedo, a Agência Portuguesa do Ambiente ia acabar por atuar, da mesma forma que vamos demolir o Bari Bar em Apúlia, ainda antes do verão, aquele bar que está em frente ao Restaurante Camelo, vai ser demolido.

Tem que ser, temos que aceitar as coisas como elas são, aquilo é do Município, teria sido uma construção feita há muitos anos a esta parte, e não há problemas com proprietários ou potenciais proprietários. Mas ali não, ali há uma situação que tem que ser esclarecida. No entanto, e eu tive sempre uma relação com os filhos, que são quatro, dois senhores e duas senhoras, no sentido de lhes explicar que não era possível legalizar aquele espaço, que jamais podia abrir como bar. Fiz numa proposta é verdade, fiz uma proposta verbal, pedi uma avaliação daquilo que será o valor do potencial património, vamos lhe chamar assim, artístico, que o Sérgio deixou, e há muitas coisas escritas, etc que ele deixou, que eu acho que tem muito valor, e que podem ser trabalhadas. Isso implicou de facto, uma verba, para podermos ficar com esse material e podermos criar eventualmente um espaço para expor esse material, etc. Fiz também uma promessa à família, de que iríamos reavivar, em conjunto com a junta de freguesia, e esta reunião teve a presença do senhor Presidente da Junta, também recuperar o festival das nortadas, se bem se lembram, de quando em vez, o Sérgio fazia lá ao festival das nortadas, a junta poderia pegar nesse processo e nós apoiarmos em termos culturais, e podia ter ali um momento desses. Propus-me fazer uma biografia do Sérgio, porque de facto, foi uma pessoa que teve algum impacto, mesmo até em publicações internacionais, etc, face à presença de muitos estrangeiros, acabou por acontecer isso, e penso que era perfeitamente justo que se fizesse uma biografia. Não faltam pessoas que queiram falar do Sérgio, porque conviveram com ele, também fiz essa proposta, e ainda fiz outra proposta, que vai ao encontro daquilo que disse aqui, que era colocar naquele local, no âmbito da reabilitação que fosse feita, uma memória do antigo Fojo e do Sérgio em particular. Isto foi tudo apresentado à família, mas há uma situação aqui, nós não podemos, mesmo a verba é dada pelo valor intrínseco, cultural e artístico do que existe. O fim daquele espaço estava já predestinado há muito tempo, era só uma questão de tempo, da APA avançar.

Já agora fica um esclarecimento, houve uma vistoria ao local, com a presença da APA, do ICNF, da Capitania do Porto de Viana do Castelo e da Proteção Civil Municipal, porque é um espaço público e que está ali exposto a toda a gente, pode haver alguém que entre para lá e que se magoe, pode ruir um daqueles espaços, há questões de insalubridade, como deve imaginar, eu já fui lá dentro no âmbito dessa vistoria, tem lá telhas de amianto, situações de risco. Portanto, aquilo tem que ser resolvido, mas não é à Câmara que compete resolver esse problema. Mais uma vez, vamos entregar as responsabilidades a quem as tem, é a Agência Portuguesa do Ambiente, e este edital que veio agora, é da Agência Portuguesa do Ambiente, dá 20 dias úteis para as pessoas eventualmente interessadas, para se pronunciarem sobre a situação, e se não se não houver pronúncia nenhuma, se ninguém tentar impedir a demolição, o futuro próximo daquilo é a demolição.

O Município teve essa postura de colaboração, aliás, posso dizer que hoje mesmo liguei ao senhor Presidente da Junta, antes de autorizar a publicação do edital, para falar com a família, para voltar a reunir com eles na próxima quinta-feira, não sei se foi possível esse contacto, tentar reunir com eles o mais breve possível, porque quero explicar cara a cara, nós não fazemos as coisas nas costas das pessoas, tenho o maior respeito pelo pai deles, pela pessoa que era, há pessoas que se distinguem muito pela via académica, pela via artística, etc, são grandes nomes, mas às vezes nas pessoas humildes também reside algo que deve ser mostrado aos demais. E nós temos esse entendimento, não temos nenhum conflito com a

família, muito menos com Fão, e não queremos apagar a memória das pessoas de Fão, nada disso, estamos preparados para cumprir aquilo que eu disse aqui, agora, o Fojo meus caros, não há forma de manter. Aliás, eu recordo-me aqui há uns anos a esta parte, em que houve uma mera notificação de intenção de demolição e criou-se um caos autêntico, com manifestações, lembro-me do Manuel Monteiro que também ali apareceu, e não faz qualquer sentido, muito honestamente, porque é um espaço insalubre que está ali, uma ruína, só fica mal para Fão neste momento aquele espaço tal qual está e é um problema ambiental grave.

Nós não nos podemos preocupar só quando nos dá jeito, temos que nos preocupar com os problemas efetivos, e aquele é um problema efetivo que ali está. Portanto, o assunto é para continuar, se tiver algum contributo a dar, terá que remeter para a APA, eu posso-lhe garantir que o Município estará atento e fará a intervenção que tiver que fazer.

A minha opinião é esta, aquilo não se pode manter, não vale a pena fazer floreados, temos que lidar com as situações, nós vamos demolir outras edificações, que são da nossa responsabilidade, o processo de Cedovém Pedrinhas também está em andamento, ainda hoje trabalhamos nesse processo para habitação, para realojar as pessoas. Mais tarde ou mais cedo será uma realidade, aliás, basta ir lá hoje, já se percebe também o problema grave que ali está, portanto, essa é uma realidade com a qual nós temos que conviver, situações de ilegalidade, não podem persistir.

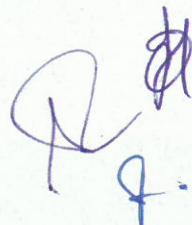
Da ecovia, tem toda a razão, falta um troço na zona de Fonte Boa, por uma situação de litígio, que os proprietários não autorizaram a passagem, por mais tentativas que fizéssemos, tentativa de negociação amigável, não aceitaram, está neste momento em preparação, a expropriação desse troço, e isso é para fechar. Como é evidente, vai ter que ser expropriado, o projeto está aprovado, tem todos os pareceres das entidades, é uma questão de tempo, para que o assunto se resolva e, infelizmente, depois de promessas de que o assunto ia ser resolvido, eu fui ao terreno duas vezes com os proprietários, com uma senhora e os filhos, que me diziam que iam resolver o problema, que autorizavam e depois nunca apareciam para assinar, colocávamos as estacas, no dia a seguir as estacas desapareciam, vá-se lá saber porquê, enfim, situações com os quais nós temos que lidar, mas é para terminar.

Início da obra do Parque, a obra já tinha sido consignada, portanto, o ato de consignação é quando entregarmos o espaço para o empreiteiro entrar na obra, há algum tempo e aquilo que o empreiteiro me disse foi que no dia a seguir estaria lá. E, importa dizer uma coisa, é preciso desmontar a tenda, para colocar o estaleiro exatamente no sítio da tenda, vamos também ter alguma paciência, não é por um dia, ou dois, hoje de manhã como sabe choveu copiosamente, também temos que dar aqui alguma folga, estamos a falar de um dia, mas a obra também começa, quando se começa a tratar da documentação e a preparar tudo para entrar no terreno, como é evidente.” -----

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2023, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----



De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende referente ao Ano de 2023, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2023, DO QUAL FAZEM PARTE OS SEGUINTE DOCUMENTOS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023 E RESPECTIVOS ANEXOS (BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL, DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA, DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI), ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA, ALTERAÇÕES AO PPI'S, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS – RECEITA, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS – DESPESA, DTAS –DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS, OPERAÇÕES DE TESOURARIA, ENCARGOS CONTRATUAIS, ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO, SITUAÇÃO DOS CONTRATOS, ADJUDICAÇÕES EMPREITADAS), BEM COMO, APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O Senhor Presidente da Câmara começou por justificar as Contas de Gerência, declarando que vivíamos um momento de pandemia e de incerteza, pois estas contas são da Gerência do ano 2023 e o Orçamento foi feito e aprovado na Assembleia em finais de 2022, já muito depois da pandemia e já muito depois do início da guerra da Ucrânia.

O Senhor Presidente da Câmara diz que há uma quantidade de obras que não são da competência da Câmara e, por isso, não tem que as fazer, mas há outras, como por exemplo o edifício do IPCA, custa cinco milhões de euros, que não são da competência da Câmara, são do Estado e a Câmara está a fazê-lo e a pagá-lo.

Votamos contra este orçamento, desde logo, por uma questão de coerência, aquando da nossa posição sobre o plano e orçamento.

Somos contra um documento que corresponde a uma visão completamente contrária, sobre o modo de gerir o município, não seria coerente votar favoravelmente as contas dessa política errada. Mas mesmo que votássemos a favor desse Plano e Orçamento, teríamos agora de votar contra, é que as contas aprovadas pelo executivo, são uma confissão do absoluto falhanço da Câmara e da sua incompetência. Uma Câmara ilusionista, todos os anos tira da cartola uma quantidade de obras e investimentos, mas que no final, só executou metade daquilo que tinha prometido e que se tinha proposto concretizar. Ou seja, uma Câmara que demonstra que tudo não passava de uns truques promovidos por propaganda, paga por todos nós. Ai, temos que dar a mão à palmatória, em propaganda e publicidade, o grande ilusionista não falha. O truque mais vulgar é uma bandeira, que depois de retirada com garbo, pelos grandes ilusionistas, faz os espetadores normalmente grupo de fãs do ilusionismo, delirar com palmas e vivas.

Depois vão todos embora, desmonta-se a tenda do circo, e fica uma pedra, uma plaquinha e sempre, mas sempre, muitas fotografias, filmes e textos a enaltecer a grandeza e originalidade do último número de ilusionismo total.

Ao contrário do que diz o PCP sobre a Festa do Avante, o grande ilusionista pode reclamar para os seus números, o slogan “não há festa como a nossa”.

Todos os anos se faz o repetido número da ilusão, de que a Câmara é gestora sem igual, que tem um saldo de vários milhões, que transitaram de um ano para o outro e vão engrossar o já volumoso valor de muitos milhões do orçamento do ano seguinte.

Nada mais do que um truque.

O gestor porque foi incompetente e não conseguiu cumprir os investimentos do Município que tinha prometido e que havia assumido fazer, no Plano e Orçamento, tem que transferir para o ano seguinte, o dinheiro das obras que não foi capaz de fazer e então transforma o fracasso num milagre da multiplicação dos milhões, perante o olhar estasiado daqueles, que ainda se acreditam que os números de ilusionismo são verdadeiros.

Por último, para não dizerem que somos céticos, porque não nos acreditamos nos ilusionistas, que esta Câmara é uma maravilha, não sob as questões políticas e de gestão que apontamos, mas também do ponto de vista da correção formal das contas, passo a citar o parecer do Revisor Oficial de Contas, com as reservas que lhe apontou.

Gostava de dizer que nos foram enviadas na quarta-feira, mais de 2.000 páginas para nós analisarmos, documentos a discutir nesta reunião e, para apreciarmos, o que é manifestamente impossível, para fazermos o nosso trabalho que devemos.

E passo a citar: “O ativo do município não releva a integralidade dos bens, não sendo possível até à presente data concluir a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, a plenitude, valorização, e mensuração dos bens, nas rubricas dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, com referência a 31 de dezembro de 2023, bem como quantificar o respetivo impacto no património líquido. O ativo da entidade inclui o montante de três milhões, cento e dez mil euros na participada Polis Litoral Norte, sociedade para a requalificação e valorização do litoral norte, S.A, não contemplando os efeitos de projeto de partilha, resultante da liquidação desta, não sendo possível quantificar o impacto, do património líquido do Município de Esposende.”

Vai dizer a maioria que nos governa, desgoverna: "Mas essas referências do ROC já constavam do Relatório anterior."

É verdade, só demonstra que os anos passam e a incompetência da maioria mantém-se.

Por todos os fundamentos mencionados, o Partido Socialista só pode votar contra."-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O orçamento de 2021 teve uma dotação total (receitas e despesas) de 36 785 401,43€, tendo-se verificado um resultado de 33 222 780,49€ nas receitas, equivalente a 90,32% de execução e de 29 031 370,50€ nas despesas, equivalente a 73,49% de execução.

O orçamento de 2023 teve uma dotação total (receitas e despesas) de 47 095 934,71€, tendo-se verificado um resultado de 40 624 979,20€ nas receitas, equivalente a 86,26% de execução, e de 34 445 934,01€ nas despesas, equivalente a 73,14€ de execução.

O grupo parlamentar do CDS-PP voto contra este ponto pelo facto que ficamos sempre aquém do proposto com uma taxa de execução a rondar os 70%."-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"A minha orientação de voto prende-se com a baixa taxa de execução no investimento, o qual ronda apenas os 50%. Com a retenção da totalidade do IRS, que é permitida por lei, poderiam ser dispensados pelo menos 50% desse valor aos contribuintes e, dessa forma, estimular a economia local com cerca de um milhão de euros."-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos favoravelmente a proposta do município a que diz respeito o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município relativo ao ano de 2023, na medida em que o documento apresentado, pela sua qualidade, reflete de forma dinâmica e transparente a gestão do executivo ao longo de 2023.

Um ano que acabou por estar fortemente marcado pela difícil conjuntura internacional derivado dos conflitos armados vivido na Ucrânia e no Médio Oriente, e que influenciou de forma evidente e decisiva aquilo que são os custos operacionais necessários para a execução dos investimentos propostos no orçamento aprovado em 2022, nomeadamente com a subida dos preços de serviços e bens, muito por causa da elevada taxa de inflação que se fez sentir.

Apesar de tudo isto, e do facto de ter havido uma redução dos montantes das transferências vindas do orçamento do estado para os municípios, e de ter havido um aumento da despesa originada pelo impacto das transferências de competências, que associado a um atraso na implementação dos programas de financiamento europeus, nomeadamente do PT 2030 e do PRR, mesmo assim o executivo conseguiu atingir valores de execução assinaláveis.

Falamos de uma execução do lado da receita que atingiu os 86.26%, mais de 40 milhões de euros, e do lado da despesa que se fixou nos 73.14%, mais de 34 milhões de euros. O que significa um aumento comparativamente ao ano de 2022, do lado da receita de mais 3.5 milhões de euros, e do lado da despesa de mais 5.4 milhões de euros, o que representa o maior aumento de sempre.

Uma gestão notável que permitiu, uma vez mais, garantir o compromisso de sustentabilidade financeira do município e honrar os compromissos assumidos através da implementação de projetos e medidas de apoio à população.



Dizer ainda que esta gestão rigorosa e responsável permitiu, ainda, aumentar a capacidade de endividamento do município em mais de 3.7 milhões de euros, que se fixou em mais de 26 milhões de euros, e gerou um superavit de mais de 6 milhões de euros que transitou para 2024. Esta gestão demonstrativa da capacidade deste executivo, que mesmo confrontado com imprevistos e fatores de instabilidade de ordem externa, conseguiu atingir os seus objetivos visando a melhoria das condições de vida dos municípios e o desenvolvimento do território concelhio.

Por estes motivos, votamos favoravelmente a proposta do relatório de gestão do Município de Esposende.”-----

03.02 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA DE CEPÃES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. P) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2024, foi presente na sessão, o programa de procedimento e o caderno de encargos para Concessão do Direito de Exploração do Apoio de Praia de Cepães, para autorizar a Câmara Municipal a celebrar o respetivo contrato de concessão e, a fixar as respetivas condições gerais. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Mano, que fez uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 3 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA, E ASSIM, AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR O CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA DE CEPÃES E A FIXAR AS RESPETIVAS CONDIÇÕES GERAIS.-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 43,50 M², SITA NA RUA DA PRAIA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, COM VISTA À SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA Q) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal



para Desafetação do Domínio Público Municipal, da parcela de terreno descrita na proposta, com a área de 43,50 m², com vista à efetivação da permuta com os proprietários dos prédios confinantes a poente da parcela de terreno da autarquia, nos termos da proposta. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 3 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DA PARCELA DE TERRENO DESCRITA NA PROPOSTA, COM A ÁREA DE 43,50 M², SITA NA RUA DA PRAIA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, E SUBSEQUENTE INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, COM VISTA À EFETIVAÇÃO DA PERMUTA COM OS PROPRIETÁRIOS DOS PRÉDIOS CONFINANTES A POENTE DA PARCELA DE TERRENO DA AUTARQUIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA.-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de março de 2024, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 3 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE

TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

03.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de abril de 2024, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento dos Estágios Curriculares do Município de Esposende, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 3 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

03.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA “LITORAL NORTE – UM OLHAR NATURAL”, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de abril de 2024, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento do Concurso de Fotografia “Litoral Norte – Um Olhar Natural”, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA “LITORAL NORTE – UM OLHAR NATURAL”, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

03.07 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, DO INVESTIMENTO PROPOSTO PELA EMPRESA OTIIMA INDUSTRIES, S.A, AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2024, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para declaração do interesse para o desenvolvimento local, do investimento proposto pela empresa OTIIMA INDUSTRIES, SA, assegurando desta forma o acesso aos apoios previstos no Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento em vigor no Município de Esposende. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, E ASSIM, RECONHECER E DECLARAR O INTERESSE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, DO INVESTIMENTO PROPOSTO PELA EMPRESA OTIIMA INDUSTRIES, SA, ASSEGURANDO DESTA FORMA O ACESSO AOS APOIOS PREVISTOS NO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE.-----

03.08 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE - ESPOSENDE, AO ABRIGO DA ALÍNEA H) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2024, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal de Saúde - Esposende. Fica arquivado original do documento junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger, que fez uma breve explicação da proposta, tendo o Senhor Presidente da Câmara complementado a explicação da mesma.-----

Colocado o assunto a votação:



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 3 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE - ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O Partido Socialista ia votar contra esta proposta, precisamente por dizerem que o Centro de Saúde de Apúlia seria uma obra a médio prazo e não uma obra de imediato. Uma vez que, o senhor Presidente da Câmara deu a sua palavra de honra, durante a explicação ao público, de que a obra seria lançada ainda este mês de maio e que seria executada a muito curto prazo, nós vamos-lhe conceder o benefício da dúvida e vamo-nos abster.”-----

03.09 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA - ESPOSENDE, AO ABRIGO DA ALÍNEA H) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2024, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal de Ação Climática - Esposende. Fica arquivado original do documento junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger, que fez uma breve explicação da proposta, tendo o Senhor Presidente da Câmara complementado a explicação da mesma.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 3 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR O PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA - ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----

03.10 - PARA CONHECIMENTO:

03.10.01 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2023, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O Nº 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO.-----

Pediu a palavra a Deputada Marta Viana, tendo referido:

“Em relação a este ponto, o povo diz na sua sabedoria: “Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és”, adaptando o adágio à política, poderemos dizer “diz-me como trataas a oposição, dir-te-ei que democrata és”.

O Estatuto da Oposição é cristalino. As autarquias locais elaboram até ao fim de março relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelo estatuto do direito de oposição, relatório esse, que é enviado aos titulares de direito de oposição, a fim de que, sobre eles se pronunciem, podendo os respetivos relatórios e resposta, ser objeto de discussão pública na correspondente assembleia.

Ora, no caso específico de Esposende, nenhum relatório foi remetido a conhecimento da oposição, pelo menos no que ao Grupo Político do CDS diz respeito, privando-nos em consequência, de apresentar resposta que pudesse ser hoje aqui também discutida.

Assim, acabamos por ficar limitados ao conhecimento do relatório que resulta do envio a poucos dias da realização desta sessão da respetiva Ordem de Trabalhos e documento suporte.

Sobre o Relatório propriamente dito, reiteramos o exposto no ano passado sobre documento similar. Bom seria que a autarquia discriminasse o número de pedidos de informação, ou consulta recebidos, por parte de que entidade, para assim termos melhor e exata noção da medida em que o estatuto vem sendo exercido.

Ainda quanto ao teor do relatório, senhor Presidente da Assembleia, não podemos concordar de todo, com a assunção de que o direito de participação foi cumprido na plenitude. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, e dos Senhores Deputados Municipais, ao longo do ano 2023, o CDS reiteradamente apelou, a que, aquando da apresentação do Orçamento e Plano de Atividades para 2024, o CDS pudesse ser auscultado quanto à proposta da Câmara, conforme dita o Estatuto de Oposição. Ora, aquilo que verificamos, foi que a Câmara se limitou apenas a pedir sugestões para o documento, o que vai absolutamente ao arrepio do que determina o Estatuto de Oposição. Não foi, portanto, por falta de aviso, que a Câmara incumpriu com o Estatuto nesta matéria. Pelo contrário, por diversas vezes chamamos a atenção para o cumprimento deste ditame. Assim, o relatório que nos é dado conhecimento, padece desta importante omissão e que aqui sublinhamos.

Termino como comecei, diz-me como trataas a oposição, dir-te-ei que democrata és.

Em Esposende, nesta assembleia, somos todos democratas, mas temos que reconhecer, que ainda não atingimos a plenitude da democracia.”-----

Pediu ainda a palavra o Deputado Tito Evangelista e Sá, tendo referido:

“Não podia estar mais de acordo com a intervenção anterior, da minha colega do CDS, e acrescentaria ainda o seguinte, todos os anos os partidos são notificados para apresentar propostas para serem incluídas no Orçamento e Plano da Câmara Municipal, todas elas são olímpicamente ignoradas, é uma mera formalidade só para dizer que o fazem, porque aquilo que fazem, vale zero.

A outra questão que eu acho que é importante e que tem a ver com a questão do direito de oposição e com o exercício do escrutínio que esta assembleia tem que fazer. Eu já falei nisso no início da minha intervenção, salvo erro na altura da declaração de voto sobre as contas, foram-nos enviadas na passada quarta-feira, mais de 2.000 páginas de documentos para análise. Entre propostas e outros documentos para conhecimento.

Era perfeitamente possível, que ao longo do período entre uma assembleia e outra, conforme os assuntos fossem enviados, fossem remetidos ao senhor Presidente da Assembleia e o senhor

Presidente da Assembleia os enviasse para os líderes dos Grupos na Assembleia, para que nós, com tempo, pudéssemos ler os documentos de uma forma conscienciosa. Não é possível, nós não somos a Assembleia Municipal de Lisboa, em que cada grupo tem não sei quantos assessores para preparar o trabalho das assembleias. Nós aqui não temos isso, é completamente impossível, nós estarmos a analisar e exercermos o nosso escrutínio democrático e legal, de tantos documentos, de coisas tão importantes, regulamentos, contas, exercícios, mesmo das empresas municipais, estamos a falar de mais de 2.000 páginas de documentos, isso é humanamente impossível e, portanto, em Esposende, o direito de oposição, daquele que eu falei no dia 25 de abril, da democracia autêntica, não da formal, não da burocrática mas daquela que é vivida, da participativa, isso em Esposende não existe.”-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos devidos, nos seguintes termos:

“Estes documentos, são sempre documentos complexos e difíceis de elaborar, os nossos serviços, têm também limitações muito severas, no entanto, nós pedimos sempre à oposição para que nos faça chegar sugestões, o que, infelizmente não vem acontecendo. Portanto, estão-se a queixar que não têm acesso ao documento, mas em boa verdade, também não apresentam sugestão alguma e quando apresentam, são iguais às do ano anterior, como aconteceu com um dos Grupos Políticos que agora se pronunciou e, depois, vamos pôr então a democracia de forma plena e clara aqui nesta assembleia. Nós ganhamos com maioria absoluta, o nosso programa foi sufragado de forma muito expressiva, nós respondemos pelo nosso programa perante as populações e, portanto, não foi por 100% dos votos como é evidente, mas, nós não podemos integrar propostas que são penalizadores para as pessoas, naturalmente temos a faculdade de fazer esse juízo e de aprovar aqui, na Assembleia, de forma democrática, poderiam eventualmente integrar propostas que depois seriam aqui rejeitadas, face ao seu despropósito. Portanto, propostas razoáveis que vão ao encontro daquilo que é o nosso programa eleitoral, sufragado pela maioria, são integradas, propostas como algumas que foram aqui apresentadas hoje, de fazer ecovias em todas as freguesias do concelho, naturalmente que estas coisas não são exequíveis, e não são passíveis de integrarem orçamentos realistas, sob pena de amanhã sermos acusados de falta de transparência e de andarmos a enganar as pessoas.”-----

03.10.02 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015. -----

03.10.03 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

03.10.04 – RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS, LIMPEZA URBANA E LIMPEZA DE PRAIAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE”.-----

03.10.05 – CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO INTERNACIONAL – PROCESSO Nº 01/2024/APV - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS, LIMPEZA URBANA E LIMPEZA DE PRAIAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ATA DO JÚRI Nº 1 – RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES.-----

03.10.06 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (2024).-----**
- RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023.-----**
- RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO – 2023.-**
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NO ANO DE 2023” E “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NO ANO DE 2023”.-----**

. ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:

- RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2023 E RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO.-----**
- PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (2023) E CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA.-----**

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2023, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Contratos de Investimento outorgados, ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, de acordo com o artigo 11º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, Retificação das Peças do Procedimento do Concurso para a “Aquisição de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana e Limpeza de Praias do Município de Esposende”, bem como, Ata do Júri nº 1 com resposta aos pedidos de esclarecimentos e erros e omissões referentes ao Concurso limitado por prévia qualificação internacional - “Aquisição de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana e Limpeza de Praias do Município de Esposende, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2024) da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM, Relatório e Contas do exercício de 2023, Relatório de Boas Práticas de Governo Societário – 2023 e Relatório de execução dos Contratos-Programa – “Prestação de Serviços de

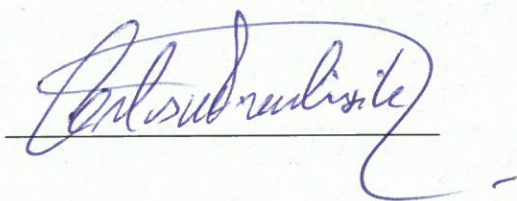
Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Esposende no ano de 2023” e “Prestação de Serviços de Execução de Tarefas de Gestão de Espaços Verdes Públicos, da Gestão da Vertente Ambiental e de Gestão do Sistema de Águas Pluviais na área do Município de Esposende no ano de 2023, da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM e, Relatório e Contas referentes ao ano de 2023 e Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, bem como, Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2023) e Código de ética e de Conduta, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

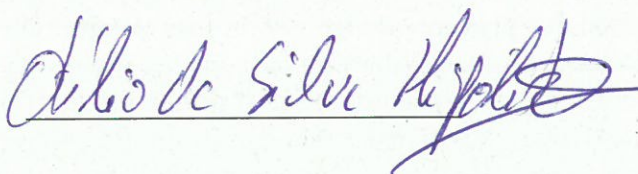
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

